



PROTOCOLO

As atribuições legalmente cometidas ao ICP-ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações, adiante designado por ANACOM, e à ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social, adiante designada por ERC, ao nível da gestão e supervisão do espectro radioelétrico e dos conteúdos do sector da comunicação social, justificam a constituição de instrumentos de articulação entre as duas autoridades reguladoras capazes de assegurar, com eficácia, a boa execução das suas atribuições e competências.

Assim e considerando,

As atribuições cometidas à ANACOM no domínio da gestão do espectro radioelétrico, nomeadamente da sua planificação, licenciamento, monitorização e fiscalização das condições técnicas da sua utilização por parte dos operadores;

As atribuições e competências da ERC no regime de acesso às actividades de radiodifusão sonora e televisiva e na fiscalização e supervisão das obrigações legais a que se encontram vinculados os serviços de programas transmitidos por meio de redes e serviços de comunicações electrónicas com e sem recurso ao espectro;

As competências atribuídas à ANACOM para o registo e atribuição de direitos de utilização de frequências dos operadores de redes e prestadores de serviços de comunicações electrónicas;



Que, nos termos dos respectivos estatutos, a ANACOM e a ERC devem estabelecer entre si relações de cooperação ou associação e manter mecanismos de articulação, no âmbito das suas atribuições, competências e recursos;

O desenvolvimento dos sectores do audiovisual e das comunicações electrónicas num ambiente de convergência tecnológica e a exigência de prosseguir princípios de interesse público como a garantia do acesso universal e a promoção da diversidade e do pluralismo;

Celebra-se, entre a ERC e a ANACOM, em execução do artigo 11º dos Estatutos da ERC, aprovados pela Lei nº 53/2005, de 8 de Novembro, e do artigo 15º dos Estatutos do ICP-ANACOM, aprovados pelo Decreto – Lei nº 309/2001, de 7 de Dezembro, o presente protocolo o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª
(Objectivos)

O presente protocolo tem por objectivos facilitar a cooperação entre as partes no cumprimento das respectivas funções de acordo com as atribuições e competências que lhes estão legalmente cometidas, evitar a duplicação de trabalho e assegurar a articulação e coerência entre as decisões ou medidas tomadas pelas partes.



Cláusula 2ª (Áreas de cooperação)

1. As partes acordam em cooperar nas seguintes áreas:
 - a) Planificação do espectro, no domínio do serviço de radiodifusão, com o objectivo de serem acautelados, no exercício desta competência da ANACOM, critérios de interesse público considerados relevantes na avaliação do exercício de actividades de comunicação social feita pela ERC;
 - b) Monitorização e fiscalização das actividades de radiodifusão sonora e televisiva;
 - c) Controlo da legalidade das actividades de radiodifusão sonora e televisiva, nomeadamente no que respeita às licenças e composição do capital social dos operadores;
 - d) Elaboração de estudos e pareceres, no domínio da actuação de cada autoridade reguladora em matérias de interesse comum, com reflexos na actividade de comunicação social.
2. Para efeitos do disposto nas alíneas b) e c) no número anterior, a ANACOM disponibilizará, sempre que possível, os meios técnicos e humanos adequados a acções de avaliação, acompanhamento e fiscalização que sejam de competência da ERC.



Cláusula 3ª
(Permuta de informação)

A ANACOM e a ERC comprometem-se a trocar todas as informações e estudos que possam ser considerados relevantes para o melhor desenvolvimento das áreas de actuação de cada uma das autoridades reguladoras subscritoras do presente protocolo.

Cláusula 4ª
(Articulação entre Autoridades)

1. As partes estabelecerão um sistema de contactos periódicos entre serviços de ambas, previamente indicados, que permita identificar as matérias em apreciação no âmbito das respectivas atribuições e com a finalidade de prevenir a sobreposição ou omissão de actuação.
2. Sempre que as partes tenham conhecimento de que se encontram a analisar a mesma situação deverão proceder a consultas mútuas ao nível dos respectivos Conselhos de Administração da ANACOM e Regulador da ERC no âmbito das quais será determinada a parte competente para a tomada de decisão final.



3. De forma a agilizar a troca de informações, em particular em assuntos de natureza operacional, são estabelecidos pontos de contacto directo entre os serviços e departamentos competentes das partes.

Cláusula 5ª (Prazo)

O presente protocolo produz efeitos na data da sua assinatura e é válido por um período de 3 anos, sendo a respectiva renovação automática, por períodos iguais e sucessivos, sem prejuízo da faculdade de denúncia, por qualquer das partes, com a antecedência mínima de 30 dias, em relação ao fim do prazo inicial ou da renovação em curso.

Cláusula 6ª (Alterações)

1. O presente protocolo pode ser alterado em qualquer momento por acordo entre as partes.
2. A alteração será efectuada por escrito, assinada por ambas as partes ou por seus representantes autorizados e entrará em vigor na data por estas estabelecida.



Cláusula 7ª
(Balanço anual)

O Presidente do Conselho de Administração da ANACOM e o Presidente do Conselho Regulador da ERC procedem, anualmente, ao balanço do cumprimento do presente protocolo.

Lisboa, aos 20 de Junho do ano de dois mil e sete.

Pela ANACOM

Pela ERC